CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI Nº. 3842, DE 25 DE SETEMBRO DE 2000

Ata da IX conferência municipal de assistência social, seguindo as preconizações da Lei Municipal Nº 3.842, realizou aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, situado a rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta no auditório da secretaria municipal de cidadania e assistência social na cidade de Caçapava com o tema: Assistência social é um direito: evolução e desafios do SUAS no estado de São Paulo, com a participação de sessenta e uma pessoas, sendo vinte do poder público e quarenta e um das organizações da sociedade civil. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social executa a IX Conferência Municipal de Assistência Social. Iniciou-se às 8 horas seguindo a programação: credenciamento dos participantes e instruções sobre participação nos eixos temáticos e café da manhã, às nove horas deu-se a abertura cerimonial com Flavio Lucas de Araújo Victor conduzindo a composição da mesa, pela presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sra. Rosária de Fátima Ribeiro Vieira, o secretário de cidadania e assistência social Sr. David Alves de Lucena e a palestrante Sra. Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira, após foi feita a execução do Hino Nacional e Hino Municipal de Caçapava. Foi realizada a leitura da introdução sobre o objetivo da IX Conferência municipal de assistência social, da avaliação da política de assistência social e a importância da definição de diretrizes para o aprimoramento do sistema único da assistência social - SUAS. O conselheiro Anderson Raniére da Silva fez a leitura do regimento interno da conferência, e a plenária decidiu fazer alteração do capítulo VIII no artigo 24, retirando “como recomendações ou moções”, nada mais sendo manifestado foi aprovado o regimento interno. A Sra. Mônica foi convidada a dar sequência na conferência com a palestra “Assistência social é um direito: evolução e desafios do SUAS no estado de São Paulo”, logo instruiu os participantes sobre a importância dos assuntos que será debatido nos três eixos dos grupos de trabalhos: Eixo 1 – Financiamento do sistema único de assistência social – avaliar o atual quadro orçamentário – desafios, dificuldades e potencialidades com base na realidade local, propondo diretrizes para uma gestão mais eficaz do financiamento do SUAS, obrigatório para os três eixos federados; Eixo 2 – Gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios – avaliar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela rede socioassistencial pública e privada, tendo em vista a qualidade e efetividade dessas ofertas; Eixo 3 – Participação e controle social no SUAS – Os conselhos de assistência social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, tendo dentre suas atribuições normatizar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados. E orientou os grupos para conversar sobre as deliberações do município que não aconteceram na

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI Nº. 3842, DE 25 DE SETEMBRO DE 2000

VIII conferência em 2017 que se for necessária pode-se incluir junto as propostas dos eixos. A palestrante orientou os participantes a estarem atentos aos serviços no município com a sociedade, poder público na relação de construir confiança, compartilhar os valores para o processo de formação de rede, como o significado da conferência no município, sendo um marco histórico porque a assistência social como política pública está ameaçada. As 10h30, formou-se os grupos para discussão e debate dos eixos temáticos, das 12h00 as 12h30 foi servido o brunch, as 14 horas iniciou à plenária com a presença de 47 pessoas para participar das deliberações com voto, como segue: Eixo 1: 1) Garantir o mínimo de 5% da dotação orçamentária para a assistência social da arrecadação do município, presentes que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; Criação de uma cartilha didática referente a política de assistência social que explique o orçamento municipal: como são captados e destinados os recursos, voltada para os membros do CMAS e população em geral; presentes que votaram 47 pessoas: 02 votos contra – 10 votos de abstenção; 3) Promover a capacitação permanente e continuada para os conselheiros; presentes que votaram: 47 pessoas: voto por unanimidade; 4) Garantir a transparência dos recursos municipais da secretaria municipal de assistência social através de reuniões regulares e sistemáticas com o CMAS, pessoas que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; 5) Criação e estruturação da secretaria executiva do CMAS e outros conselhos de direitos referenciados a assistência social com funcionário fixo, presentes que votaram 47 pessoas voto por unanimidade; Propostas da última conferência e que devem permanecer: 6) Equipar a rede socioassistencial com equipe técnica compatível à demanda (Município), presentes que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; 7) Aumento do cofinanciamento visando o repasse para as organizações sociais civis (estado), presentes que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; 8) Manter o salário mínimo para o BPC (União), presentes que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; 9) Que o benefício do BPC para pessoa com deficiência não entre na composição de renda familiar (União), presentes que votaram: 47 pessoas: voto por unanimidade; 10) Garantir os direitos de cofinanciamento e participação do orçamento público em 6% na assistência social sem atrasos; (Estado), presentes que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; No início da leitura do eixo 2 estavam presentes na plenária 37 pessoas: Propostas: 1) Ampliar e aprimorar o trabalho inter-setorial com a política de assistência social no município, presentes que votaram 37 pessoas - voto por unanimidade; 2) Ampliar o número de CRAS no município; presentes que votaram 37 pessoas votado unanimidade; 3) Diminuir a rotatividade da equipe nos equipamentos públicos da assistência social do município; presentes que votaram 34 pessoas - voto por unanimidade;

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI Nº. 3842, DE 25 DE SETEMBRO DE 2000

4) Aprimorar o serviço de acolhimento institucional para adolescente, presentes que votaram 39 pessoas – voto por unanimidade. 5) Implantar o serviço de república para os adolescentes egressos do acolhimento institucional do município, presentes que votaram - 39 pessoas – voto; por unanimidade, 6) Na participação do edital de chamamento referente as organizações sociais é recomendável que se tenha equipe mínima de trabalho conforme a NOB SUAS 2006, presentes que votaram 40 pessoas – 08 votos contra – 04 votos de abstenção; 8) Aprimorar o acompanhamento do idoso no PAEFI de forma que somente esgotadas todas as possibilidades de trabalho com a família será encaminhado para a ILPI, presentes que votaram 36 pessoas - pessoas voto por unanimidade, segue moção de recomendação: Criar o protocolo de atendimento e fluxo de informações sobre o BPC entre gestão da assistência social municipal e INSS local; presentes que votaram 39 pessoas voto por unanimidade. pessoas presentes na plenária no início da votação 47 pessoas. Eixo 3 – Propostas da última conferência: 1) Adequar a equipe mínima nos CRAS, CREAS e Casa de passagem (falta psicóloga e advogado no Creas), presentes que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; 2) Implantação do centro POP com equipe mínima, presentes que votaram 47 pessoas: voto por unanimidade; 1) Efetivação do plano de educação permanente local e supervisão técnica continuada aos trabalhadores do SUAS da rede municipal públicos e privados, presentes que votaram 46 pessoas - voto por unanimidade; 2) Divulgação continuada a população dos serviços socioassistenciais, programas e benefícios oferecidos (Municipal), presentes que votaram 47 pessoas - voto por unanimidade; 3) Formalizar em lei municipal os serviços da secretaria de cidadania e assistência social conforme o SUAS e tendo como essencial para o cargo de diretor da secretaria de assistência a obrigatoriedade de ser um profissional da política de assistência social de acordo com a NOB/RH – 2006, presentes que votaram 45 pessoas - voto por unanimidade; 4) Formalizar a legislação dos benefícios eventuais, presentes que votaram 44 pessoas voto por unanimidade; 5) Ampliar a descentralização nas reuniões de acolhimento do CRAS para outros espaços públicos no território (escolas, igrejas, quadras de esportes, ESF e outros), presentes que votaram 42 pessoas – 01 voto de abstenção; 6) Ampliar a divulgação de informativos sobre direitos, política de assistência social junto a população através dos meios de comunicação disponíveis no município inclusive as redes sociais (como criação de grupos de whats, facebook, instagran), presentes que votaram 44 pessoas – 02 votos contra - 01 voto de abstenção; 7) Implantar núcleos de monitoramentos e avaliação dos serviços socioassistenciais pela rede socioassistencial com as famílias usuárias semestralmente, presentes que votaram 41 pessoas – voto por unanimidade. Segue moções: aumento do número de Cras - 38 pessoas; - Implementar o

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI Nº. 3842, DE 25 DE SETEMBRO DE 2000

centro dia do idoso (prédio sem funcionamento) 37 pessoas, logo após a votação da plenária das propostas, foi convidado os participantes que inscreveram para representarem como delegados representantes do poder publico e sociedade civil para a votação, no inicio da apresentação dos candidatos estavam presentes na plenária 38 pessoas para votar, sendo eleitos os seguintes delegados do poder publico: titulares: Ariadna Camila Moura dos Santos – Assistente social – Cras Rui Rodrigues, obteve 21 votos, suplente: Renata Monteiro da Silva -obteve 03 votos, Fernanda Lucas de Medeiros – Cras Silvia Provasi, obteve 05 votos, suplente: Rogéria Moreira Lima, obteve 02 votos; Elaine Aparecida dos Santos – educadora social – Cras Rui Rodrigues, obteve 03 votos; suplente: Elaine Cristina, obteve 02 votos. Delegados representantes da sociedade civil: Titular: Helena Angonese (Casa da criança), obteve 13 votos; suplente Dalva Maria Guedes (Abesc), obteve 04 votos; Titular: Rosângela Ferreira de Paula, obteve 07 votos, suplente: Arlindo de Oliveira (Abesc), obteve 04 votos; Titular Sônia Aparecida Amante Lopes (Casa da criança), obteve 07 votos; Suplente: Alair de Lima Mattos (Titular do Conselho municipal do idoso), obteve 02 votos; todos os delegados titulares e suplentes estarão representando o município na XII Conferência Estadual que acontecerá nos dias vinte e nove e trinta de outubro de dois mil e nove na cidade de São Paulo. O credenciamento dos participantes será anexado a esta ata e eu Marta Rovida Cardoso, lavro esta ata que deverá ser lida na próxima reunião do CMAS que acontecerá aos dias dois de outubro de dois mil e dezanove no auditório da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social para validar a conferência. Caçapava, 30 de setembro de 2019.